



POR UMA CIDADANIA CONSCIENTE E SUSTENTÁVEL: PATRIMÔNIO NAS TRILHAS URBANAS DE JUAZEIRO DO NORTE (REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI, CEARÁ)¹

Regivania Rodrigues de Almeida
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, Universidade
Federal do Cariri, Ceará, Brasil
regivaniadealmeida@gmail.com

Marcelo Martins de Moura-Fé
Departamento de Geociências da Universidade Regional do Cariri, Ceará, Brasil
marcelo.mourafe@urca.br

Mônica Virna de Aguiar Pinheiro
Secretaria da Educação do Estado do Ceará, Brasil
monica.pinheiro@prof.ce.gov.br

RESUMO

Juazeiro do Norte é conhecida por uma intensa diversidade cultural, num contexto em que mestres, mestras e coletividades, são portadoras de importantes referenciais da cultura local. Posto isso, o objetivo é produzir reflexões que possam contribuir para construção de ações de valorização e preservação do patrimônio cultural na cidade de Juazeiro do Norte. O estudo tem uma abordagem qualitativa, fundamentado nos conceitos de patrimônio, educação patrimonial, cidadania e desenvolvimento sustentável, relacionando patrimônio e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, compondo-se de uma revisão de literatura e pesquisa documental e de campo, analisando os dados de forma integrada. Com os resultados, espera-se contribuir para a valorização e preservação do patrimônio cultural, fortalecendo a cultura como dimensão da sustentabilidade.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Cidadania. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

POR UNA CIUDADANÍA CONSCIENTE Y SOSTENIBLE: PATRIMONIO EN LOS SENDEROS URBANOS DE JUAZEIRO DO NORTE (RMCARIRI, CEARÁ)

RESUMEN

Juazeiro do Norte es conocido por su intensa diversidad cultural, en un contexto en el que maestros y colectivos son portadores de importantes referentes de la cultura local. Dicho esto, el objetivo es producir reflexiones que puedan contribuir a la construcción de acciones para valorar y preservar el patrimonio cultural de la ciudad de *Juazeiro do Norte*. El estudio tiene un enfoque cualitativo, basado en los conceptos de patrimonio, educación patrimonial, ciudadanía y desarrollo sostenible, relacionando patrimonio y los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), consistente en una revisión bibliográfica y una investigación documental y de campo, analizando los datos de forma integrada. Con los resultados se espera contribuir a la

¹ Essa pesquisa foi financiada pela CAPES.



valorización y preservación del patrimonio cultural, fortaleciendo la cultura como dimensión de la sostenibilidad.

Palabras clave: Educación Patrimonial. Ciudadanía. Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS).

FOR CONSCIOUS AND SUSTAINABLE CITIZENSHIP: HERITAGE ON THE URBAN TRAILS OF JUAZEIRO DO NORTE (RMCARIRI, CEARÁ)

ABSTRACT

Juazeiro do Norte is known for its intense cultural diversity, in a context in which masters, mistresses and collectives are bearers of important references of local culture. Therefore, the objective is to produce reflections that can contribute to the construction of actions to value and preserve cultural heritage in the city of *Juazeiro do Norte*. The study has a qualitative approach, based on the concepts of heritage, heritage education, citizenship and sustainable development, relating heritage and the Sustainable Development Goals, consisting of a literature review and documentary and field research, analyzing the data in an integrated manner. With the results, it is expected to contribute to the value and preservation of cultural heritage, strengthening culture as a dimension of sustainability.

Keywords: Heritage Education. Citizenship. Sustainable Development Goals (ODS).

POUR UNE CITOYENNETÉ CONSCIENTE ET DURABLE: PATRIMOINE SUR LES SENTIERS URBAINS DE JUAZEIRO DO NORTE (RMCARIRI, CEARÁ)

RÉSUMÉ

Juazeiro do Norte est connue pour son intense diversité culturelle, dans un contexte dans lequel maîtres et collectifs sont porteurs de références importantes de la culture locale. Cela dit, l'objectif est de produire des réflexions pouvant contribuer à la construction d'actions de valorisation et de préservation du patrimoine culturel dans la ville de *Juazeiro do Norte*. L'étude a une approche qualitative, basée sur les concepts de patrimoine, d'éducation au patrimoine, de citoyenneté et de développement durable, reliant le patrimoine et les objectifs de développement durable, consistant en une revue de la littérature et une recherche documentaire et de terrain, analysant les données de manière intégrée. Grâce à ses résultats, il devrait contribuer à l'appréciation et à la préservation du patrimoine culturel, en renforçant la culture en tant que dimension de la durabilité.

Mots-clés: Éducation au patrimoine. Citoyenneté. Objectifs de Développement Durable (ODD).

INTRODUÇÃO

A Primeira Década Internacional para o Desenvolvimento das Nações Unidas (1988-1997) ofertou um balanço que evidenciou os limites de um desenvolvimento pautado quase que exclusivamente no crescimento econômico, e jogou luz na necessidade de adotar um conceito



de desenvolvimento mais humano e sustentável, que garantisse o respeito ao meio ambiente, às diversidades culturais e às aspirações humanas por um futuro próspero, pacífico e harmonioso (Kovács, 2020). Em meio a essas discussões, as últimas décadas do século XX, consolidaram o paradigma do desenvolvimento sustentável amparado em três pilares: a economia, o meio ambiente e a inclusão social. Considerando essa visão, são esses três conceitos que nos definem como humanos, paradoxalmente potencializados para a construção de um desenvolvimento que possa beneficiar o presente e o futuro (Brudtland, 1987; Pascual, 2020).

Nesse mesmo período e nos anos seguintes, a ideia de incorporar a contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável foi ganhando força e em 2004 foi adotada no Primeiro Fórum Universal das Culturas, a Agenda 21 da Cultura, uma ferramenta para integrá-la como um pilar de desenvolvimento sustentável a nível local (Martinell; Haro; Vasquez, 2020). Pensada como o quarto pilar da sustentabilidade, a cultura questiona o paradigma triangular do desenvolvimento e torna-se essencial, pois integra os valores que constituem a sociedade, base sobre a qual todo o restante se constrói. Essa compreensão permite um melhor entendimento do mundo e se torna chave para uma transformação eficaz, que consente o desenvolvimento como liberdade, apoiando escolhas e oportunidades. Essa visão reconhece a criatividade e as capacidades humanas, para a indução e condução das mudanças protagonizadas pelos agentes sociais (Furtado, 1984; Sen, 2000; Hawkes, 2001; Nussbaum, 2010; Pascual, 2020).

Nesse contexto, as diversas discussões sobre as contribuições da cultura e do patrimônio no contexto do desenvolvimento sustentável (Dupin, 2020; Baltà; Pascual, 2020; Maraña; Roldán, 2020; Martinell, 2020; Gama, 2021; Luderer, 2021), evidenciam que o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Agenda 2030 (UNESCO, 2015) encontram apoio no amplo escopo de cultura e humanidades (Martinell; Haro; Vasquez, 2020).

A Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, versa que “a cultura se encontra no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber” (UNESCO, 2001, p. 01). A versatilidade na adaptação às questões individuais e coletivas que lhe são projetadas, tornam o patrimônio cultural um poderoso recurso para a nossa existência, que pode e deve contribuir para o desenvolvimento humano, sustentável e pacífico que a humanidade busca há tempos (Revert, 2019).



O patrimônio imaterial situa-se no âmago da vida cultural e do desenvolvimento comunitário, onde a falta de consciência de seu valor provoca baixa visibilidade, sendo necessário encontrar formas e meios para promover seu desenvolvimento (Varine, 2012). O reconhecimento das referências culturais por parte de um grupo social, acontece quando as pessoas se sentem parte integrante de suas comunidade ou cidades. Essas referências são bens culturais, que podem ser de natureza material, como paisagens, edificações, objetos, documentos etc., ou imaterial, que estão relacionadas aos saberes, habilidades, práticas e aos modos de vida das pessoas (IPHAN, 2007).

O patrimônio não se constitui somente por objetos do passado, reconhecidos oficialmente, mas sobretudo, por aqueles que remetem às identidades. O conceito integral de patrimônio dimensiona todo o território e seus habitantes, onde a qualidade de vida configura-se como consequência do desenvolvimento sustentável, cuja gestão integra os recursos patrimoniais a partir de estratégias territoriais locais (Nunez, 2016). O patrimônio cultural, *per si*, é resultado das relações sociais e dos significados a ele atribuídos pelos sujeitos sociais, e sua apropriação, deve se dar a partir da construção coletiva e democrática do conhecimento, considerando a efetiva participação dos diferentes grupos sociais, numa perspectiva da ecologia de saberes (Santos, 2009; Tolentino, 2018).

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é produzir reflexões que possam contribuir para a construção de ações de valorização e preservação do patrimônio cultural na cidade de Juazeiro do Norte, correlacionando educação patrimonial, cidadania, desenvolvimento sustentável e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, buscando propor o patrimônio cultural como vetor de desenvolvimento regional sustentável.

Em termos teórico-metodológicos, o estudo se fundamentou nos conceitos de patrimônio e educação patrimonial, cidadania e desenvolvimento sustentável, relacionando patrimônio e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), compondo-se de uma revisão de literatura e pesquisa documental e de campo, seguidas de uma análise integrada dos dados, que possa contribuir para a valorização e preservação do patrimônio cultural, a partir da ação educativa e fortalecer a cultura como dimensão da sustentabilidade.

No escopo deste trabalho, patrimônio será abordado como um processo ativo que agrupa bens e práticas culturais selecionadas como reflexo do presente, cujos valores associados se deseja levar para o futuro (Harrison, 2015), e educação como o processo de desenvolvimento da personalidade social e do caráter, considerando as visões de mundo, os ideais, valores, modos



de agir, caracterizando princípios ideológicos, morais, políticos e ação ativa no enfrentamento à realidade e seus desafios práticos (Libâneo, 2013).

A Educação Patrimonial deve considerar a construção do conhecimento de forma coletiva e democrática, a partir da relação dialógica entre os agentes culturais e sociais, com a legítima participação das comunidades que detêm e produzem as referências culturais, nas quais convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (Florêncio *et al.*, 2014). A educação patrimonial deve ser abordada como estratégia para a instrumentalização da comunidade em seus enfrentamentos e problemáticas cotidianas, para que se tenha desenvolvimento pessoal e coletivo, justiça social e equidade, que conforme Sachs (2008), são questões fundamentais no escopo da sustentabilidade.

A problematização se deu a partir das concepções de patrimônio e ação educativa, abordando o contexto da educação para a cidadania e para o desenvolvimento sustentável, cuja análise dos dados foi feita de forma integrada, considerando também os levantamentos de campo. O levantamento cartográfico utilizou informações e bases disponíveis nos acervos de órgãos públicos, as quais foram trabalhadas em escala de detalhe (quando possível), visando espacializar a proposta de abordagem do patrimônio cultural em trilhas urbanas em Juazeiro do Norte, constituído a partir dos dados de campo.

Com uma estimativa populacional em 2024 de 303.004 habitantes, Juazeiro do Norte é o município com maior densidade demográfica da Região Metropolitana do Cariri (RMCariri) e o terceiro do Ceará (IBGE, 2024). Conhecido também pela pluralidade das expressões culturais, o município vivencia importantes ciclos de tradição, como o Ciclo de Reis, reunindo dezenas de grupos entre reisados, guerreiros e lapinhas, durante as festividades do período natalino, se estendendo até o dia 06 de janeiro. Os ciclos e as manifestações a eles vinculadas, assim como as expressões, celebrações, os saberes e fazeres, se constituem como bens culturais, agregando o intangível e também a materialidade, num contexto em que mestres, mestradas e coletividades, são portadoras de importantes referenciais da cultura local.

PATRIMÔNIO, AÇÃO EDUCATIVA E SUSTENTABILIDADE: PRESERVAR O QUÊ E PARA QUEM?

Em seu âmago, a ideia de desenvolvimento sustentável enuncia que as futuras gerações merecem tanta atenção quanto as atuais (Veiga, 2015). Por sua vez, o patrimônio, ao comunicar heranças e valores construídos no passado e no presente, se conecta diretamente ao futuro,



assegurando às próximas gerações o direito de usufruir dos bens culturais. Nesse sentido, Varine (2012) enfatiza a importância do patrimônio como recurso para o desenvolvimento local, que tratando-se de uma herança, é constantemente enriquecida, transformada e transmitida.

No sentido político, o patrimônio é um capital real para o desenvolvimento, um fator de consciência coletiva. É um capital que para viver, produzir e transformar, para permanecer útil, necessita de reconhecimento e ação de comunidade (Varine, 2012). Reconhecer a pluralidade de sistemas de conhecimento é crucial para as sociedades sustentáveis (Pascual, 2012). Além de um lugar de memória, o patrimônio é também um espaço de exercício das nossas capacidades. Nesse sentido, torna-se importante reconhecer o passado e os discursos a ele associados, extrair conhecimentos e posicioná-los na configuração das identidades e da pertença, o que promove consciência de continuidade enquanto pessoas, através do tempo (Silva, 2000; Revert, 2019).

A conscientização se dá, sobretudo, quando o indivíduo supera a condição passiva e assume uma posição crítica diante do mundo, potencializando o poder de escolha e construção de si mesmo como pessoa, transformando a realidade, uma vez que se percebe como agente da história (Freire, 2011).

Os conhecimentos culturais sobre a história e o ambiente constituem importantes riquezas e valores humanos que muito podem colaborar para o desenvolvimento endógeno e sustentável (Varine, 2012; Fachini; Carvalho, 2018). O patrimônio, sob suas diferentes formas, é o húmus para o desenvolvimento local que só se faz com participação efetiva, ativa e consciente da comunidade que o detém. O desenvolvimento realmente sustentável se faz em harmonia com esse patrimônio, que pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida (Varine, 2012).

Valorizar o patrimônio cultural significa interagir com o meio em que se vive. Falar de conservação do patrimônio até meados do século XX, era entendido apenas como conservação física dos monumentos, museus ou lugares históricos. A Educação Patrimonial surgiu como esforço de profissionais dos lugares de memória para criar uma proposta mais abrangente, que também envolvesse a comunidade. O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são elementos indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania (Cogan, 2017).



A concepção de Educação Patrimonial, comumente disseminada, está assentada na proposta metodológica criada pela equipe do Museu Imperial, na década de 1980, a partir das experiências pedagógicas na área museológica desenvolvidas na Inglaterra, tendo como referência o *Heritage Education*, que intencionava o uso dos museus e monumentos históricos para fins educacionais. No Brasil, essa prática foi sistematizada no Guia Básico de Educação Patrimonial. No entanto, a educação patrimonial já fazia parte, de forma recorrente, das ações dos museus desde o século XIX, ainda que sem essa denominação (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999; Scifoni, 2012; Chagas, 2013; Tolentino, 2018).

Essa proposta pedagógica de educação patrimonial regula-se pelo viés instrutivista da educação (Libâneo, 2013), seguindo um processo verticalizado que configura o patrimônio cultural descontextualizado do indivíduo, que não tem participação nos objetivos, habilidades e conhecimentos que irá adquirir, na contramão de uma apropriação impregnada de conflitos, consensos e discordâncias entre os sujeitos sociais (Demarchi, 2018; Tolentino, 2018).

Pensada inicialmente no âmbito dos museus, a educação patrimonial extrapolou essa fronteira e como área específica de políticas públicas para o patrimônio cultural, assumiu um campo mais vasto de atuação e superou as ações focadas nos acervos e edificações isoladas, compreendendo a cidade como credencial da história e da cultura, apta a leituras e interpretações, pela via de múltiplas abordagens educativas (Florêncio, 2012; Scifoni, 2012).

A prática preservacionista no Brasil seguiu os passos europeus, estreitamente associada à ideia de formação e afirmação do Estado-nação, ganhando força com a intenção de pertencer à civilização ocidental, supostamente forjando o processo de invenção de um patrimônio nacional brasileiro (Chuva, 2003; Tolentino, 2018). Em contraponto, a preservação do patrimônio deve estar vinculada à transmissão, difusão e apropriação dos sentidos e valores, que os grupos sociais atribuem aos bens culturais. Sem essa perspectiva, os dispositivos legais de proteção, assumem lugar de atos declaratórios de valor, do qual, possíveis aplicações na restrição de direitos de uso aos bens protegidos, podem ter avaliações e impactos negativos, onde a preservação do patrimônio pode ser percebida por setores da sociedade, como limitação à liberdade individual e obstáculo ao desenvolvimento. Ao centrar o foco somente na proteção legal e nos atos que a constituem, a preservação reduz o alcance das políticas de patrimônio, atingindo grupos já familiarizados com a matéria, ao tempo em que provoca distanciamento da intenção a que se destina – o interesse público (Londres, 2012).

É importante reconhecer que a construção do patrimônio não se dá através de uma participação igualitária, cujo processo acaba por deixar de lado da memória, determinados



grupos, criando uma imagem social restrita, que não contempla a representação do todo e onde alguns se sobressaem aos demais, provocando a não identificação de segmentos da população com o que é reconhecido oficialmente. Vê-se com isso, a ideia de um patrimônio permeado por fazendas, engenhos e casas de câmara e cadeia, ocupadas por uma elite política, militar e econômica, que forjaram a memória nacional, numa prática muito bem replicada desde os grandes centros urbanos às pequenas localidades (Canclini, 1994; Scifoni, 2012; Florêncio, 2012).

Nesse âmbito, é desafiador para as políticas públicas criarem e garantirem mecanismos de articulação e participação social, através de uma via de construção coletiva de um patrimônio cultural, que certifique proteção à memória e apropriação social, (re)inserindo esses patrimônios no ambiente coletivo (Scifoni, 2012).

Os processos educacionais, cujo foco é o patrimônio, devem acontecer de forma a produzir sentidos e percepção nas práticas cotidianas (Londres, 2012), considerando que para a valorização do patrimônio numa perspectiva libertadora (Freire, 1996), faz-se importante apontar, além dos valores estéticos e formais, os laços afetivos, sociais e simbólicos (Scifoni, 2012). Nesse contexto, é condicional para a ação educativa, assegurar a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes, que reconhece suas referências culturais, inseridas em contextos de significados, associados à memória social do local (Florêncio *et al.*, 2014).

O desenvolvimento sustentável não pode ser definido sem ênfase naquilo que é entendido como equidade intergeracional (Veiga, 2015). Produto de uma seleção consciente, o patrimônio é uma comunicação produzida no presente para dialogar com o futuro (Silva, 2000; Revert, 2019), no intuito de também favorecer a equidade intergeracional abordada por Veiga (2015). Nesse sentido, a Educação Patrimonial é tanto uma importante metodologia de transmissão, como uma política que baliza ações de gestão nas diversas áreas e âmbitos de um município ou região, por agregar, a partir da ação educativa, “o conhecimento, a preservação e a valorização local, promovendo ainda, inovação e desenvolvimento” (Padoin, 2021, p. 68).



QUE FUTURO QUEREMOS? EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA, PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS ODS

Num mundo marcado pela diversidade e pluralidade, a cultura assume um papel fundamental no processo de aprendizagem para a formação do indivíduo crítico, participativo, conhecedor de sua origem, preocupado com seu ambiente e com a sociedade, e que possa expressar-se de forma criativa e autônoma para propor transformações em sua própria trajetória de vida e em seu entorno (Freire, 2011; Dupin, 2020). A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural relata que as tradições culturais são as matrizes de onde se originam todas as criações. Com isso, o patrimônio em todas as suas dimensões, deve ser valorizado, preservado e repassado às futuras gerações como testemunho das vivências e anseios humanos, nutrindo a criatividade em toda a sua diversidade, estabelecendo um legítimo diálogo entre as culturas (UNESCO, 2001).

As definições em torno do patrimônio cultural, seus significados e suas razões, se transformaram consideravelmente ao longo do século XX e início do XXI. Atualmente, as abordagens são mais complexas e identificam o território como um ponto de encontro dos grupos sociais com seu patrimônio. Para essas abordagens, sem uma valorização cultural do território que ponha em evidência as singularidades de seus recursos e estimule a confiança da comunidade em si mesma e em sua capacidade criativa, torna-se difícil propor e iniciar um processo de desenvolvimento, pensando o patrimônio como “o resultado da dialética entre a humanidade e o meio, entre a comunidade e o território” (Nunez, 2016, p. 196).

A preservação dos bens culturais configura-se como uma prática social, posto que as comunidades devem ser as protagonistas na escolha do que caracteriza suas identidades e na proteção de seus valores culturais. Nesse sentido, os bens culturais se constituem como estrutura dinâmica para a construção coletiva do conhecimento, que para ser efetiva, é imprescindível considerar e integrar as necessidades e expectativas das comunidades envolvidas, fazendo uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem, construídas de forma dialógica, considerando as especificidades locais (Florêncio, 2012; Tolentino, 2012).

Nesse contexto, a educação patrimonial tem uma função estratégica e decisiva no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural, não reduzindo-se à promoção e difusão de conhecimentos acumulados no campo técnico da preservação, colocando-se sobretudo, para além da divulgação do patrimônio (Florêncio, 2012). Importante colocar que a educação aqui é pensada como processo (Freire, 1987) e ainda, como uma prática para a



cidadania, ao tempo em que viabiliza a formação crítica, criativa e autônoma dos indivíduos, desenvolvendo a capacidade de agir em seu meio e transformá-lo (Cabral, 2012).

A educação patrimonial se fortalece no princípio da educação para a liberdade, com os processos educativos primando pela construção coletiva e democrática do conhecimento, permeado pelo diálogo constante e percepção crítica da realidade e da efetiva participação dos agentes sociais possuidores das referências culturais. Com isso, convém estar atento à ideia de que é preciso conhecer para preservar, pois essa afirmativa não se sustenta por si só, na garantia da preservação dos bens culturais, fazendo-se necessário ir além desse limite em busca de posicionar-se criticamente para a transformação da realidade (Freire, 1996; Freire, 2011; Tolentino, 2016).

Democracia e participação são aspectos fundamentais, vinculados diretamente à consolidação da cidadania. Conforme Cabral (2012), como direito, a educação vai inclusive permitir e orientar as pessoas para o usufruto de outros direitos conquistados pela sociedade.

A dimensão política da educação patrimonial, compreende que tanto a memória quanto o esquecimento são produtos sociais (Florêncio, 2012) e o patrimônio cultural concebido como elemento social, requer identificar as tensões presentes no processo de seleção e apropriação, envolvendo conflitos e divergências na luta constante entre memória e esquecimento (Tolentino, 2016). Com isso, torna-se essencial aprender a reconhecer o passado, projetar nele discursos e adesões, extrair saberes, posicioná-lo na configuração das identidades e, sobretudo, empregá-lo individual e coletivamente, para apropriar-se, equilibrando sua dimensão transcendente, seu valor simbólico e a multifuncionalidade que o constitui, para usufruir a favor do que queremos ser e fazer na vida (Revert, 2019).

Para que o patrimônio se torne herança (Bruno, 1998; Horta; Grunberg; Monteiro, 1999; Silva, 2000; Varine, 2012; Revert, 2019; Padoin, 2021) é necessário que haja apropriação crítica por parte dos que detém esse patrimônio. Nesse sentido, diferentes abordagens educativas podem dialogar para o reconhecimento dos patrimônios culturais, sua valorização e preservação.

A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) foi articulada para dar ênfase ao papel central da educação na busca comum pelo desenvolvimento sustentável. A Educação para o Desenvolvimento Sustentável se propôs a estimular mudanças de atitude e comportamento na sociedade mundial, considerando que as capacidades intelectuais, morais e culturais impõem responsabilidades para com todos os seres vivos e para com a natureza como um todo (UNESCO, 2009).



A proposta da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) pretende contribuir para mudar o pensamento e a ação **das pessoas para alcançarmos um futuro sustentável, buscando diminuir o impacto do modo de vida atual, para as futuras gerações e para o planeta (UNESCO, 2009).** Nesse contexto, é mais do que pertinente, considerar a **dimensão cultural do ser humano e das comunidades locais para o alcance de qualquer objetivo que proponha um** desenvolvimento sustentável para todos os seres (Maraña; Roldán, 2020). A proposta da EDS coloca em evidência a interdependência entre meio ambiente, economia, sociedade e diversidade cultural, no âmbito local e global, considerando o passado, o presente e o futuro, **incluindo questões-chave sobre o desenvolvimento sustentável no ensino e na aprendizagem (UNESCO, 2009).**

A ação cultural realizada por meio da educação, dispõe e potencializa a consciência das pessoas envolvidas, para que estas possam se encontrar e se organizar em derredor aos elementos originais de sua própria cultura (Brandão, 2018). Em contraponto à ausência da cultura no texto da Agenda 2030 (UNESCO, 2015), assim como em outras iniciativas que a precederam, muitas são as contribuições sobre o papel da cultura e do patrimônio cultural para o desenvolvimento sustentável (Revert, 2019; Dupin, 2020; Baltà; Pascual, 2020; Maraña; Roldán, 2020; Martinell, 2020; Haro; Vasquez, 2020; Gama, 2021; Luderer, 2021).

Em setembro de 2022 foi realizado na cidade do México, a Conferência Mundial da Unesco de Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável – Mondiacult 2022 (UNESCO, 2022), quarenta anos após o primeiro Mondiacult, também realizado no México (1982) e vinte e quatro anos após a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, que aconteceu em Estocolmo, na Suécia (1998).

Na última década de ação para a implementação dos ODS, é necessário refletir sobre as políticas culturais no enfrentamento aos desafios globais, traçando prioridades imediatas e futuras. O Mondiacult 2022, buscou ancorar a cultura como bem público global na agenda internacional pós-2030, em vista de assegurar um desenvolvimento, que seja inclusivo e sustentável. O documento final da conferência afirmando a cultura como bem público global, foi assinada por 150 países. “A presente Declaração integra as nossas prioridades comuns e estabelece um programa para o futuro que aproveita plenamente o efeito transformador da cultura para o desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2022, p. 01).

A interpretação e divulgação do patrimônio cultural baseado nos direitos humanos e compreendido como manifestações de gerações anteriores, tanto oportuniza a empatia emocional com os diferentes grupos com os quais convivemos, quanto possibilita esclarecer



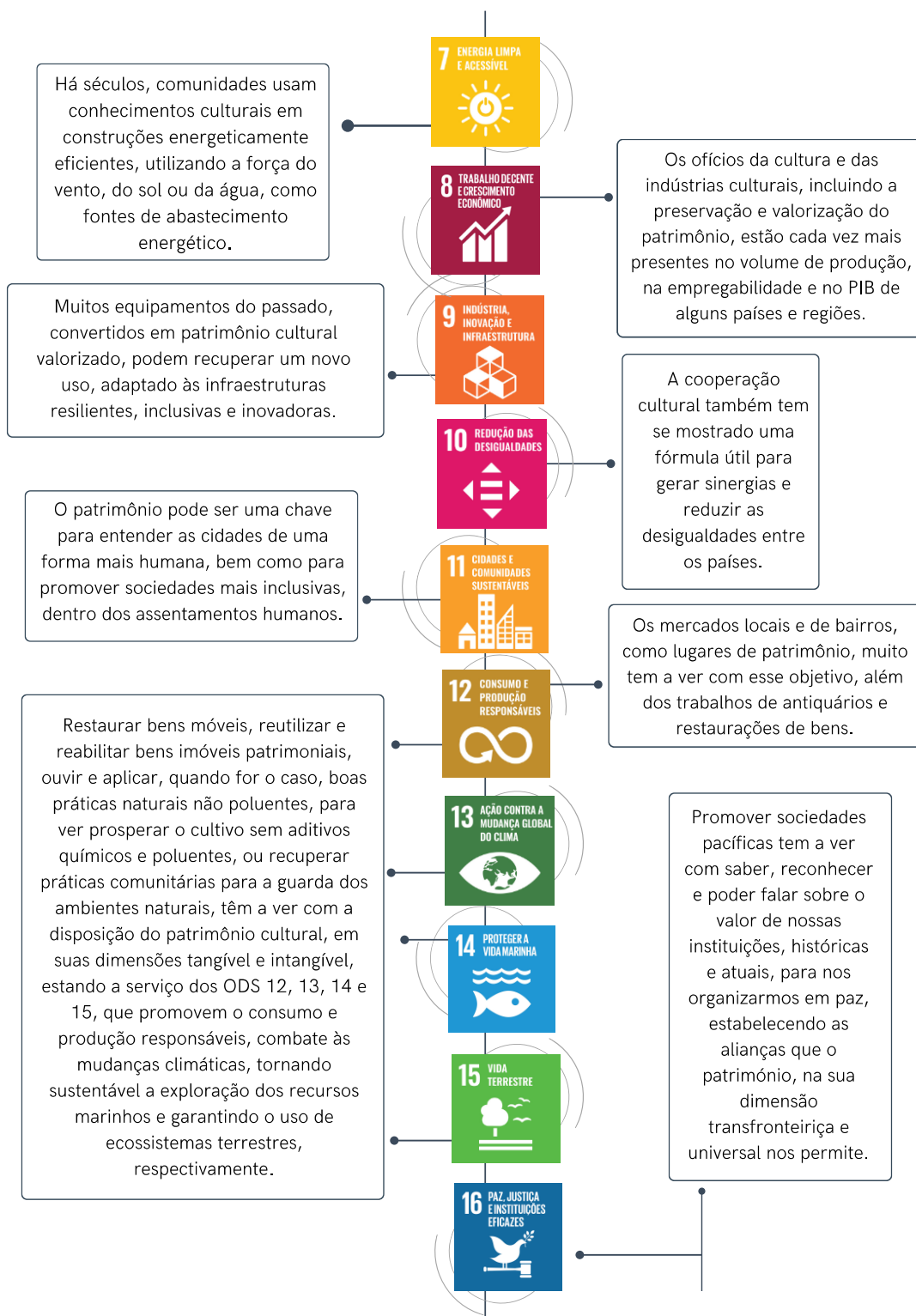
para nós mesmos, as heranças das “conquistas de liberdades, superação da pobreza e redistribuição de renda, resolução pacífica de conflitos e desenvolvimento humano” (Revert, 2019, p. 327), abrindo o campo de possibilidades para a aproximação e articulação do amplo escopo do patrimônio cultural com a Agenda 2030 e os ODS.

No texto *Patrimonio cultural y desarrollo: una mirada a la Agenda 2030 y el rol del patrimonio*, Maraña; Roldán (2020) apresentam uma interessante discussão, analisando a presença e a ausência do patrimônio nos ODS, propostos pela Agenda 2030. Focando o patrimônio numa perspectiva de direitos, os autores identificam dezesseis possibilidades, entre os 17 ODS, que podem cooperar para a implementação dos objetivos de desenvolvimento, integrados na Agenda 2030.

Os bens culturais, materiais ou imateriais, são veículos de transmissão de ideias e conteúdos (FONSECA, 2005). Posto isso, considera-se algumas articulações entre patrimônio cultural e os ODS na Figura 1.

FIGURA 1 – Infográfico abordando o Patrimônio cultural e os ODS





Elaboração: Autores (2023). **Fonte:** Maraña; Roldán (2020).

Essa compreensão pode nos ajudar a ativar uma forma de impactar nossa sociedade, para alcançar níveis melhores de justiça social global. Para a expansão de uma cidadania global ativa com capacidade de gerar impacto social e político, o passado assume uma grande



importância para o desenvolvimento humano, numa abordagem a partir do patrimônio cultural (Revert, 2019). Nesse sentido a educação patrimonial precisa ser dialógica e democrática, considerando legítimo o conhecimento produzido pelo outro e permitindo às pessoas, agirem e serem sujeitos conscientes de suas capacidades para promover as mudanças necessárias em sua realidade (Freire, 2011; Florêncio, 2012; Cabral, 2012; Tolentino *et al.*, 2012; Demarchi, 2016).

O PATRIMÔNIO CULTURAL E A CIDADE: TRILHAS URBANAS EM JUAZEIRO DO NORTE

Historicamente constituída e transformando-se ao longo do tempo, a noção de patrimônio cultural como herança coletiva, se apresenta como processo simbólico, legitimado social e culturalmente, construído mediante as relações entre os seres humanos e o meio, inter-relacionando os aspectos culturais, naturais, paisagísticos e arqueológicos (Prats, 1998; Pelegrini, 2006; Chuva, 2012).

Concebido como tema transversal e interdisciplinar, o patrimônio cultural potencializa no processo educativo, o uso do espaço público e do território como espaços educativos, atrelados à experiência cotidiana e aos referenciais identitários e culturais das pessoas, incentivando a participação das instituições que atuam nos processos educacionais, formais e não formais, no campo da Educação Patrimonial (Florêncio, 2012; Lima, 2012; Tolentino, 2016).

O trabalho com o patrimônio não deve se propor simplesmente a acumular conhecimentos, de outro modo, deve se ater a objetivos mais estimulantes, como incentivar os estudantes a fazer escolhas através de reflexões críticas e apropriar-se do território em que vivem (ICHER, 2008). Nesse sentido, Londres (2012) coloca que a busca deve ser pautada pelo despertar do educando para a curiosidade e a vontade em conhecer e conviver com os bens culturais, na perspectiva da coletividade, de forma a se apropriar desses bens, como contributo ao desenvolvimento pessoal e cidadão, interrelacionado com os demais e com o mundo, o que reflete positivamente em sua qualidade de vida. A autora reforça ainda, que desse processo é que se forma o compromisso com a preservação do patrimônio.

Uma multiplicidade de estratégias pode ser pensada e desenvolvida no campo da educação patrimonial, sem perder de vista a adaptação ao contexto e objetivos específicos. Na educação formal, o educador pode envolver os estudantes e a comunidade, considerando os bairros, os modos de viver e a cultura local, numa proposta democrática e emancipatória, onde



professores e alunos juntos, constroem um caminho a percorrer (Scifoni, 2012; Tolentino, 2012). Esse tipo de ação alarga o entendimento dos vários aspectos constitutivos do patrimônio e sua relação com a formação da cidadania, identidade, memória e muitos outros elementos que integram o dia-a-dia e não são percebidos em termos de valores (Tolentino, 2013).

Nesse sentido, as trilhas urbanas são compreendidas como percursos que possibilitam experiências, através de atividades práticas que permitem descobrir outros significados, estimulando um olhar autônomo no processo de construção de novas percepções do espaço urbano e suas diversas produções culturais, se constituindo como uma importante ferramenta para a apropriação do patrimônio cultural e histórico-educativo nas cidades (Matos, 2019).

A ecologia dos saberes (Santos, 2009) abordada no âmbito da educação patrimonial, favorece a construção coletiva e democrática do conhecimento com a legítima participação dos diferentes atores nos processos de apropriação do patrimônio cultural (Tolentino, 2018). Baseada no reconhecimento da pluralidade e da diversidade epistemológica do mundo, a ecologia dos saberes propõe interações dinâmicas através de diálogos horizontais e democráticos (Santos, 2009).

Considerando o passado configurado na forma de patrimônio, forjamos leituras e entendimentos que cooperam para compreender a dimensão global da nossa cidadania, a partir da perspectiva local (Revert, 2019).

Desde os últimos anos do século XIX e a primeira década do XX, constantes migrações chegaram ao Juazeiro, vindas de vários estados do Nordeste brasileiro, instigadas pelos acontecimentos do milagre da hóstia (1889), protagonizado pelo padre Cícero Romão Batista e a beata Maria Magdalena do Espírito Santo de Araújo. Esse movimento alterou o cotidiano da cidade constituindo uma diversidade de culturas e práticas, constituindo o modo como esses grupos se relacionavam com a natureza e o sagrado (Melo, 2010; Almeida *et al.*, 2021).

Atualmente, Juazeiro do Norte possui um mercado diversificado, que consta de centros comerciais e shoppings, polos gastronômicos e educacionais, com variadas instituições de ensino superior, tanto públicas como privadas, além de área médica especializada e boas oportunidades no setor da construção civil, dispondo de um aeroporto regional, cuja atuação alcança outras cidades do Ceará, se ampliando ainda, até os estados da Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte (Juazeiro do Norte, 2020).

Instituída pela Lei Complementar nº 78/2009, com o objetivo maior de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, a Região Metropolitana do Cariri (RMCariri) está localizada no sul do Ceará e é composta pelas cidades



de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, que formam o núcleo urbano conhecido como CRAJUBAR, com elevado potencial de desenvolvimento econômico, além de Caririaçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri (Ceará, 2009).

No contexto da região metropolitana do Cariri, Juazeiro do Norte assume um lugar de influência regional, desempenhando o papel de cidade polo, por suas características econômicas, culturais e sociais, tornando-se uma referência de articulação e desenvolvimento, não somente para o Cariri, mas também para o Nordeste do Brasil (Juazeiro do Norte, 2020).

A cidade é um grande tecido, cuja trama acomoda as diversas narrativas sobre a vida humana em sociedade, as técnicas e os modos de produção, tornando-se decorrência de uma acumulação de diferentes tempos. Ao considerar a cidade para as múltiplas estratégias e ações educativas, é importante pensar o patrimônio no contexto dos processos sociais, tornando o espaço urbano apto a interpretações (Santos, 2008; Scifoni, 2012).

Considerando as discussões acima apresentadas, seguem no Quadro 1, alguns exemplos de roteiros para a construção de trilhas urbanas em Juazeiro do Norte, que podem e devem ser discutidas e reelaboradas de acordo com o objetivo e o contexto a ser trabalhado, com vistas a integrar os diferentes indivíduos, suas identidades e as diversidades locais.

QUADRO 1 – Exemplos de roteiros para a construção de trilhas urbanas

ROTEIROS	LOCAL	REFERENCIAIS
Caminhos da fé	Praça Beata Maria de Araújo (Bairro Centro)	Área do antigo sítio Joaseiro, a partir do qual, a cidade se expandiu, e onde também foi construída a primeira capela de Nossa Senhora das Dores. O lugar faz menção à beata Maria de Araújo, mulher negra que foi protagonista do milagre envolvendo também o padre Cícero Romão Batista.
	Rio Salgadinho (Bairro do Socorro)	Identificado como rio Jordão no imaginário local, constituído pelas narrativas criadas pelos beatos.
	Casa dos Milagres (Bairro do Socorro)	Espaço onde os romeiros expressam através da materialidade, a gratidão pela graça alcançada, depositando ex-votos, fotografias, imagens etc.



	Casa da Mãe Dodô (Rua do Horto)	Casa de reza construída de forma colaborativa, sob a iniciativa da rezadeira Maria das Dores dos Santos, conhecida por Mãe Dodô.
	Capela de São Gonçalo (Rua do Horto)	Capela onde grupos de cultura locais vivenciam a dança de São Gonçalo em celebração ao santo.
	Colina do Horto (Geossítio Colina do Horto)	Antiga serra do Catolé, o espaço é composto pelo museu vivo, estátua do padre Cícero, a igreja do Bom Jesus do Horto, com destaque para o caminho sagrado do santo sepulcro, com pequenas capelas construídas pelos beatos. É também um geossítio integrante do Geoparque Araripe.
Em cada quintal, uma oficina	Oficina do mestre Geraldo Freire (Franciscanos)	Mestre relojoeiro e sineiro, um dos últimos mestres desse ofício, em todo o estado do Ceará.
	Coluna da Hora (Bairro Centro)	Edificação construída na década de 1930 para acomodar o relógio mecânico, com marcação das horas e fases da lua, construído pelo mestre Pelúcio Correia de Macedo.
	Casa do mestre Chico (Bairro Santa Teresa)	Residência e oficina do mestre Chico da banda cabaçal Santo Antônio, construtor de zabumbas artesanais.
	Mulheres da Palha (Rua do Horto)	Sede do grupo das Mulheres da Palha, onde as integrantes fazem a guarda da matéria-prima para a produção e se organizam para a confecção e finalização dos produtos. É também espaço de reuniões e vivências do grupo com os visitantes.
	Centro de Arte e Cultura Mestre Noza (Bairro Centro)	Espaço que integra oficina, exposição e comercialização de obras de arte, com variações estéticas, tipológicas e grande produção de imagens sacras, remetendo ao ofício dos antigos imaginários.



	Lira Nordestina (Bairro Centro)	Espaço de produção e comercialização de xilogravuras, agregando também o antigo maquinário que remete à Tipografia São Francisco, uma das maiores produtoras de cordel do Brasil, no século XX; possuindo ainda um dos mais importantes acervos de clichês (zincogravuras) do país.
Reinado Popular	Terreiros dos mestres e mestras brincantes da cultura (Bairros Romeirão, João Cabral, Frei Damião, Franciscanos, Timbaúba e Pirajá)	Espaços de convivência entre os brincantes da cultura e as comunidades, através da prática das brincadeiras, em vários bairros da cidade.
	Museu orgânico do Mestre Nena (João Cabral)	Casa-museu do mestre Nena, líder do grupo Bacamarteiros da Paz. O espaço possui fotografias, vestimentas, objetos e painéis, com textos abordando a história e a trajetória do grupo e do mestre, nas expressões da cultura.

Elaboração: Autores (2023). **Fonte:** Baseado nos dados coletados na pesquisa de campo (2022).

Conforme Tolentino (2016), é importante e necessário considerar os usos sociais do tecido urbano e os significados atribuídos pelos sujeitos sociais aos bens culturais. A Figura 3 mostra a espacialidade de abordagem do patrimônio cultural numa proposta de trilhas urbanas em Juazeiro do Norte a partir de três roteiros, um mais ao norte, vinculado a locais de devoção, outro centralizado, vinculado aos saberes e ofícios, e um terceiro, ao sul da cidade, vinculado às formas de expressão.

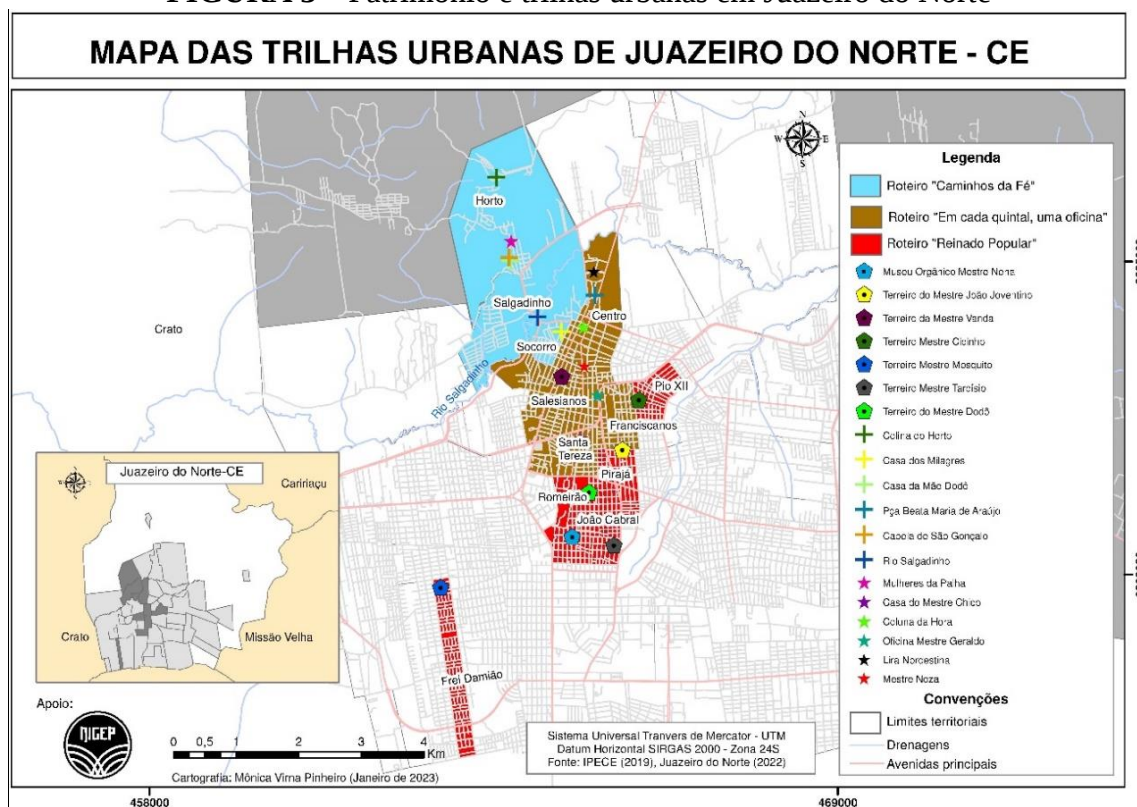
Em outras perspectivas, a cartografia participativa, considerada como a representação dos referenciais e territorialidades pelas comunidades locais (Sombra; Rodrigues; Pinho, 2022), oferece amplas possibilidades para a construção de ações educativas no âmbito da educação formal e não-formal, pela possibilidade de integrar a comunidade e sua visão de mundo, abrindo espaço para outras formas de ver o patrimônio e o contexto social que ele ocupa, além de ampliar as possibilidades de representação do ambiente mapeado.

Importante apontar que as trilhas urbanas aqui propostas se configuram a partir do aporte metodológico da educação patrimonial, cujas ações são pensadas com as comunidades e não



para as comunidades, caracterizando as trilhas como processos que se constituem em diálogo com os grupos envolvidos, onde os roteiros apresentados no mapa oferecem pontos de partidas, para que as comunidades possam formatar variadas trilhas, considerando os objetivos, as atividades e os grupos envolvidos.

FIGURA 3 – Patrimônio e trilhas urbanas em Juazeiro do Norte



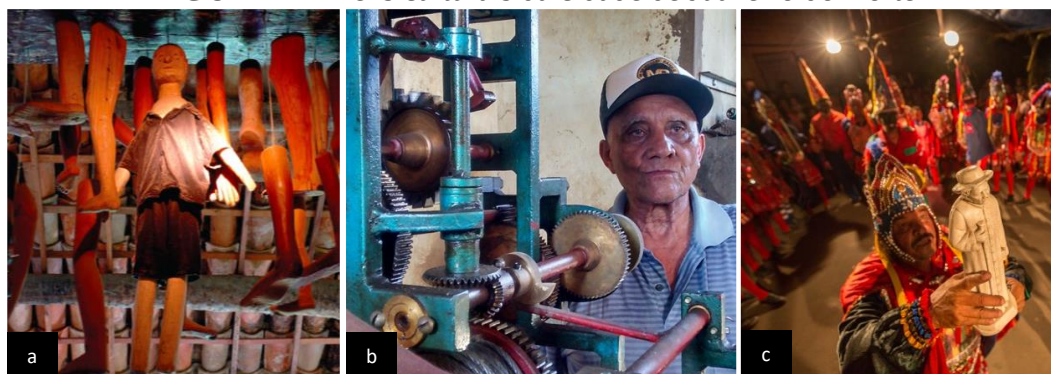
Elaboração: Autores (2023). **Fonte:** Baseado nos dados coletados na pesquisa de campo (2022).

Ao observar a Figura 3, é possível perceber que o patrimônio cultural cria a sua própria extensão espacial, estendendo-se por 12 (doze) bairros da cidade, configurando áreas de ocupação bastante específicas, de acordo com as propostas de roteiros apresentadas. Enquanto, o roteiro “cada quintal, uma oficina” estende-se numa área mais central, possibilitando melhor acesso e maior visibilidade, o roteiro “reinado popular” concentra-se sobretudo, em áreas mais distantes. Essa espacialidade pode também chamar atenção para a ausência de políticas públicas de cultura, uma vez que quase a totalidade das formas de expressão, como os reisados, guerreiros, grupos de coco, entre outros, ocupam áreas distantes de periferias, necessitando de ações articuladas, que possam viabilizar o conhecimento, a valorização e a apropriação dessas expressões, não só por parte de suas comunidades imediatas, mas também, pela população de outras localidades da cidade.



Importante ressaltar, que cada proposta educativa, considerando a abordagem, os objetivos e o público envolvido, irá configurar novas especialidades e amplas possibilidades de perceber, apropriar-se e usufruir do patrimônio cultural e histórico-educativo. A Figura 4, em específico, refere-se à bens culturais da cidade.

FIGURA 4 – Bens culturais da cidade de Juazeiro do Norte



Fotos: (a) Augusto Pessoa (2019); (b) Junú (2019); (c) Samuel Macedo (2020). **Legenda:** (a) Ex-votos expostos na Casa dos milagres. (b) Mestre Geraldo Freire e o relógio mecânico. (c) Terreiro do Mestre Antônio do Reisado Discípulos do Mestre Pedro.

“No mundo atual, não há nada tão revolucionário e contracultural do que a valorização do endógeno. O patrimônio de um território se opõe à pasteurização do mundo promovida por um modelo de consumo de falsas identidades” (Padoin, 2021, p. 14). A educação pelo patrimônio é um processo construído coletivamente (Almeida; Ribeiro; Santana, 2021), não sendo pertinente um enquadramento limitante, por apresentar amplas possibilidades metodológicas (Saba, 2021), carecendo de estratégias que permitam a análise crítica para a apropriação do patrimônio local, bem como, contribuir para o exercício de uma cidadania consciente e para o desenvolvimento regional sustentável.

CONCLUSÕES

Pensar sobre sustentabilidade requer um posicionamento diferente do habitual, incorporando uma nova mentalidade que possa traçar ações e políticas públicas para esse desafio global. Conforme Maraña; Roldán (2020), uma visão abrangente do patrimônio natural e cultural, deixaria evidente as sinergias entre a sustentabilidade ambiental e a resiliência das comunidades.



Ao promover apropriação dos aspectos culturais e ambientais, por parte dos sujeitos sociais, o patrimônio adquire força para tornar-se um ativo social e político. Em adição, Sen (2000), concebe o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades que as pessoas dispõem, sendo esta a condição que ampara o sujeito como o principal motor do desenvolvimento.

Abordar a educação como processo, significa assumir um posicionamento reflexivo que aporte em uma ação transformadora dos indivíduos e que não se ocupa em reproduzir informações, numa via única, considerando as pessoas envolvidas no processo como receptoras de informações. Em contraponto, é necessário criar programas educacionais comprometidos em abordar a experiência educativa como dispositivo de desenvolvimento e fortalecimento da cidadania, com investimentos para a diminuição das desigualdades sociais, culturais e econômicas, em busca de justiça social e equidade.

O trabalho educativo pela via do patrimônio deve se pautar pela construção dialógica de ações e roteiros educativos, cuja mediação esteja comprometida com as diversidades locais e suas comunidades.

Dessa forma, constata-se que a educação e suas diversas abordagens conceituais e metodológicas, oferecem um interessante aporte para a construção de um planejamento eficaz, que considere as múltiplas necessidades e potencialidades dos diversos grupos sociais, para de forma interdisciplinar, criar ambientes e situações de discussão, que possam subsidiar uma visão transformadora para um mundo mais sustentável, que contemple as gerações atuais e futuras.

Com a discussão proposta, percebe-se a função primordial da educação, na conscientização das pessoas e na busca por uma mudança global, atuando para a cidadania e para o desenvolvimento que seja de fato, sustentável. Diante disso, o patrimônio cultural torna-se um mecanismo de ação que cria processos de atuação para o passado, no presente, com os olhos postos no futuro, abrindo caminho para a valorização dos diferentes tempos e grupos sociais. Nesse contexto, a valorização e a preservação do patrimônio cultural, se dá no âmbito da tomada de consciência, que em Freire (2011) se constitui como uma atitude ativa e crítica diante do mundo em busca de transformar, conceber e agir em favor da própria realidade.

Por fim, os caminhos para a mudança global são muitos, os alinhados e os controversos, carecendo de estratégias capazes de promover e incentivar mudanças de comportamento para que o presente e o futuro sejam mais sustentáveis, considerando a perspectiva do endógeno. Vê-se então, que o patrimônio cultural é um importante vetor para o desenvolvimento regional



sustentável, configurando a cultura como uma dimensão essencial para o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, muitas outras discussões são possíveis e podem ser articuladas e como nos provoca Revert (2019), pense, construa e conte aos outros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Regivania Rodrigues; RIBEIRO, Hévila Raiana; SANTANA, Bibiana Belisário. Terreiro digital: uma análise da I Mostra Virtual Mestres da Tradição em Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil. In: III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio, 2021. **Anais [...]**. Portugal: Editora Cravo, 2021. Disponível em: <https://www.ciipc2020.rj.anpuh.org/site/anais#R>. Acesso em: 12 out. 2024.

BALTÀ, Jordi; PASCUAL, Jordi. A cultura nos ODS: perspectivas a partir da ação local e da agenda 21 da cultura. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo: Itaú Cultural, n. 27, p. 34-45, abr./out. 2020. ISBN: 2447-7036. Disponível em: https://issuu.com/itaucultural/docs/revista_obs27_final. Acesso em: 10 out. 2024.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Paulo Freire – a educação, a cultura e a universidade: memória de uma história. **Ideação**. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde, v. 20, n. 2, 2018.

BRUDTLAND – **Nosso Futuro Comum**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. 71 p.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museologia e turismo: os caminhos para a educação patrimonial**. Coordenadoria de Ensino Técnico – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1998. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000975377>. Acesso em: 12 out. 2024.

CABRAL, Magaly. Educação patrimonial x Educação museal? In: TOLENTINO, Átila B. (Org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. (Caderno Temático de Educação Patrimonial, n. 2)

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23, p. 95-115, 1994.

CEARÁ. Lei Complementar nº 78, de 26 de junho de 2009. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, série 3, ano I, nº 121. Disponível em: <https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/viacao-transportes-desenvolvimento-urbano/item/5488-lei-complementar-n-78-26-de-junho-de-2009>. Acesso em: 14 out. 2024.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. **Dossiê Educação Patrimonial**, Iphan, n. 3, jan./fev. 2006.



CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 4, n. 7, p. 313-333, jul./dez. 2003.

CHUVA, Márcia. Por uma história do Patrimônio Cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 147-165, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

COGAN, Andréa. Educação Patrimonial. In: BERNES, Z.; KAYSER, P. **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2. ed. Canoas: UnilaSalle, 2017.

DEMARCHI, João Lorandi. Educação, Patrimônio e sujeitos: diálogo democrático. In: TOLENTINO, A. B.; BRAGA, E. O. **Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. [Recurso eletrônico] João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. (Caderno Temático 5)

DEMARCHI, João Lorandi. O que é afinal, Educação Patrimonial? Uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial. **Revista CPC**, v. 13, n. 25, p. 140-162, jan./set. 2018.

DUPIN, Giselle. Contribuição da cultura para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. In: BARROS, J. M. (Org.). **Diversidade cultural e desenvolvimento sustentável**. Belo Horizonte, MG: Observatório da Diversidade Cultural, 2020, 174p.

FACHINI, Cristina; CARVALHO, Aline Vieira. A terceira margem do rio: um encontro entre natureza e cultura. In: CARVALHO *et al.* (Org.) **Perspectivas Patrimoniais: natureza e cultura em foco**. Curitiba: Editora Primas, 2018. p. 167-201. Disponível em: <https://www.nepam.unicamp.br/perspectivas-patrimoniais-natureza-e-cultura-em-foco/>. Acesso em: 12 out. 2024.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim *et al.* **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. 2. ed. Brasília: IPHAN/DAF/Cogedi/Ceduc, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim. Educação patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila (Org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-Iphan, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 107p.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 157p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 2011. 144 p.



FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 188p. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 80)

GAMA, Manuel. Projetos Culturais e a Agenda 2030. In: XVII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT). **Anais [...]**. Salvador/BA: 27-30 jul. 2021.

HARRISON, Rodney. Heritage and globalization. In: WATERTON, E.; WATSON, S. (Org.). **The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research**. Nova York: Palgrave MacMillan, 2015. p. 297-312. Disponível em: <http://orcp.hustoj.com/wp-content/uploads/2015/10/ebook-2015-The-Palgrave-Handbook-of-Contemporary-Heritage-Research.pdf>. Acesso em: 13 out. 2024.

HARO, Marta Garcia; VASQUEZ, Lucía. Integrando la Agenda 2030 en el sector cultural y creativo. In: MARTINELL, A. *et al.* (Coord.). **Revista Cultura y Desarrollo Sostenible: aportaciones al debate sobre la dimensión cultural de la Agenda 2030**, REDS, Madrid, p. 17-25, 2020. Disponível em: https://reds-sdsn.es/wp-content/uploads/2020/04/REDS_Cultura-y-desarrollo-sostenible-2020.pdf. Acesso em: 13 out. 2024.

HAWKES, Jon. **The fourth pillar of sustainability: Culture's essential role in public planning**. Melbourne: Cultural Development Network, 2001.

HORTA, Maria de Lurdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. 69p.

ICHER, François. **Regards sur le patrimoine**. Montpellier: CRDP, 2008. 36p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama das Cidades: Juazeiro do Norte**. IBGE, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/panorama>. Acesso em: 12 out. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. Brasília, DF: Iphan, 2007, 39p.

JUAZEIRO DO NORTE. **Juazeiro do Norte: o coração do Nordeste**. ALMEIDA, R. R.; OLIVEIRA, R. F. (Org.). Juazeiro do Norte-CE: Biblioteca Pública Municipal Dr. Possidônio da Silva Bem, 2020. 272p.

KOVÁCS, Máté. A dimensão cultural do desenvolvimento: rumo à integração do conceito nas estratégias de desenvolvimento sustentável. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, n. 27, p. 21-33, abr.-out. 2020. Disponível em: https://issuu.com/itaucultural/docs/revista_obs27_final. Acesso em: 10 out. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed., São Paulo: Cortez. 2013. 288p.

LIMA, Samira Bandeira de Miranda. Educação Patrimonial é mais Educação! In: TOLENTINO, Átila B. (Org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. (Caderno Temático de Educação Patrimonial, nº. 2)



LONDRES, Cecília. O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, A. B. (Org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. (Caderno Temático de Educação Patrimonial, n. 2)

LUDERER, Cynthia. A Agenda 2030 e suas potencialidades para a cultura. In: GAMA, M.; COSTA, P. R. (Org.). **Políticas culturais municipais: Análise de documentos estruturantes em torno da cultura**. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), 2021. p. 193-206

MARAÑA, Maider; ROLDÁN, Ximo Revert. Patrimonio Cultural y Desarrollo: una mirada a la Agenda 2030 y el rol del patrimonio. **Revista Periférica Internacional**, v. 21. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7698052>. Acesso em: 12 out. 2024.

MARTINELL, Alfons. Cultura e desenvolvimento: uma relação difícil. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo: Itaú Cultural, n. 27, p. 09-11, abr./out. 2020. ISBN: 2447-7036.

MARTINELL, Alfons.; HARO, Marta Garcia; VASQUEZ, Lucía. La cultura e el desarrollo sostenible. In: MARTINELL *et al.* (coord.). **Revista Cultura y Desarrollo Sostenible: aportaciones al debate sobre la dimensión cultural de la Agenda 2030**, REDS, Madrid, 2020, p. 04-07. Disponível em: https://reds-sdsn.es/wp-content/uploads/2020/04/REDS_Cultura-y-desarrollo-sostenible-2020.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.

MATOS, Fábio de Oliveira. **Entre trilhas e percursos: onde podemos chegar?** Apresentação. Labomar-UFC, 2019.

MELO, Rosilene Alves. Artes de Juazeiro: imagens e criação no Centro de Cultura Popular Mesre Noza. In: X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos: História e Política, UFPE. **Anais[...]**. Recife, 26-30 abr. 2010. ISBN: 978-85-7315-769-7.

NUNEZ, Lorraine Oliveira. As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo. **Revista Faces da História**, v. 3, n 2, p. 194-212, 2016.

NUSSBAUM, Marta. Capacidades e justiça social. In: MEDEIROS, Marcelo (Org.). **Deficiência e igualdade**. Brasília: Letras Livres Editora Universidade de Brasília, 2010. 248p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração da Diversidade Cultural**. Unesco, 2001. Disponível em: https://www.peaunesco-sp.com.br/destaque/diversidade_cultural.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável**. Declaração de Bonn—A Educação para o Desenvolvimento Sustentável no século XXI. Unesco, 2009. Disponível em: <https://www.peaunesco->



sp.com.br/ano_inter/ano_energia/decada_do_developpemento_sustentavel.pdf. Acesso em: 13 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Resolução Transformar o nosso mundo: Agenda 2030** e o desenvolvimento sustentável. Unesco, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável** – Mondiacult. Projeto de Declaração final. Unesco, 2022. Cidade do México, 28-30 de setembro de 2022. Disponível em: https://www.segib.org/wp-content/uploads/MONDIACULT_PT_DRAFT-FINAL-DECLARATION_FINAL.pdf. Acesso em: 13 out. 2024.

PADOIN, Maria Medianeira. História, território e política: a construção da Quarta Colônia. In: PADOIN, Maria M. *et al.* (Org.). **Educação patrimonial em territórios geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia**. [E-book]. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2021. p. 67-88. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/20426>. Acesso em: 15 out. 2024.

PASCUAL, Jordi. Rio +20 e a Dimensão Cultural da Sustentabilidade. **Portal da Cultura**, 28 fev. 2012. Disponível em: https://campuseuroamericano.org/pdf/pt/PO_Advogando_Cultura_Rio+20_Jordi_Pascual.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.

PASCUAL, Jordi. La cultura como un pilar del desarrollo sostenible: aportes a un debate ineludible. **Periférica: Revista para el análisis de la cultura y el territorio**, n. 21, p. 136-147, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7698048>. Acesso em: 12 out. 2024.

PELEGRINI, Sandra. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, nº 51, p. 115-140, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/PVLJ6HmX7hxYDD9bkdFqYLD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2024.

PRATS, Lorenç. El concepto de patrimonio cultural. **Politica y Sociedad**, n. 27, p. 63-76, 1998.

REVERT, Ximo. Building a Global Citizenship from Cultural Heritage. **Quaderns de La Mediterrània**. European Institute of the Mediterranean – IEMed. N. 28-29, 2019. ISSN 1577-9297. Disponível em: <https://www.iemed.org/publication/building-a-global-citizenship-from-cultural-heritage/>. Acesso em: 12 out. 2024.

SABA, Ana Gabriela. Educação Patrimonial: um caminho para ressignificar a história local. In: III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de



Gestão e Educação em Patrimônio, 2021. **Anais [...]**. Portugal: Editora Cravo, 2021. Disponível em: <https://www.ciipc2020.rj.anpuh.org/site/anais#R>. Acesso em: 13 out. 2024.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 151p.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 288p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina; CES, 2009. p. 23-72.

SCIFONI, Simone. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Átila (Org.). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. (Caderno Temático de Educação Patrimonial, n. 2)

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 416p.

SILVA, Elsa Peralta. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. **Antropológicas**, Lisboa, n. 4, p. 217-224, 2000.

SOMBRA, Daniel; RODRIGUES, Gilberto Pereira; PINHO, Danilo do Rosário. Cartografia participativa como diálogo entre saberes: ontologia, epistemologia, metodologia e aplicações na construção social do conhecimento. **Revista Ensaios de Geografia**, v. 8, n 16, p. 45-74, jan./abr. 2022. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/52257. Acesso: 13 out. 2024.

TOLENTINO, Átila Bezerra *et al.* O meu quintal é do tamanho do mundo ou reflexões sobre a educação patrimonial. In: TOLENTINO, A. B. (Org.). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. Caderno Temático de Educação Patrimonial, n. 2. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que é patrimônio cultural para você? In: TOLENTINO, A. B. (Org.). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. (Caderno Temático de Educação Patrimonial, n. 2)

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação, memória e identidades: enlaces e cruzamentos. In: TOLENTINO, A. B. (Org.). **Educação patrimonial**: educação, memórias e identidades. João Pessoa: Iphan, 2013. (Caderno Temático de Educação Patrimonial, n. 3)

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, A. B.; BRAGA, E. O. (Org.). **Educação patrimonial**: políticas, relações de poder e ações afirmativas [recurso eletrônico]. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. (Caderno Temático 5)

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação Patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Sillogés**, v.1, n.1, jan./jul. 2018. ISSN 2595-4830.



VARINE, Hugues de. **O patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Tradução: Maria de Lurdes Parreiras Horta. Brasil: Editora Medianez, 2012. ISBN: 978-85-64713-03-1.

VEIGA, José Eli da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015. 232p.

Recebido em: 19 de setembro de 2024.

Aceito em: 03 de dezembro de 2024.